

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Ato nº 372 de 26 de maio de 2014.

**A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal, anexo I, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, referente ao período de maio/2013 a abril/2014, para divulgação e conhecimento público.**

MARIA ROSELI MENDES ALENCAR
Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 a ABRIL/2014

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	269.921.807,61	3.290.397,85	273.212.205,46
Pessoal Ativo	198.412.114,35	2.128.850,47	200.540.964,82
Pessoal Inativo e Pensionistas Outras despesas de pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	71.509.693,26	1.161.547,38	72.671.240,64
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	67.659.035,06	2.020.126,94	69.679.162,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	226.547,19	0,00	226.547,19
Despesas de Exercícios Anteriores	6.653.771,25	1.042.366,99	7.696.138,24
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	60.778.716,62	977.759,95	61.756.476,57
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	202.262.772,55	1.270.270,91	203.533.043,46

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			678.292.443.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100	0,029819%	0,000187%	0,030007%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,076785%		520.826.852,36
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,072946%		494.785.509,74
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,069107%		468.744.167,12

FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região - 14/maio/2014 - 14h 30min

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.
- Nas despesas com Pessoal não estão computadas àquelas executadas por meio de descentralização externa de crédito (Destaque), conforme disposição do item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011 - Plenário, quais sejam:
 - Prec. da Adm.Direta - R\$ 119.277.957,05; Requisições Pequeno Valor (RPV) - R\$ 106.126,61 e Prec.da Adm.Indireta - R\$ 37.850.997,00.
- As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC 101/2000 (LRF).

Fortaleza, 26 de maio de 2014.

MARIA ROSELI MENDES ALENCAR
Desembargadora Presidente do Tribunal

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora Geral-Ordenadora de Despesa

JOSÉ TEIXEIRA NETO
Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças

RICARDO DOMINGUES DA SILVA
Secretário de Controle Interno